



**PERMANENT MISSION OF THE REPUBLIC OF GUINEA-BISSAU  
TO THE UNITED NATIONS**

**DISCURSO  
DE S.E. SR. EMBAIXADOR JOÃO SOARES DA GAMA  
REPRESENTANTE PERMANENTE DA GUINÉ-BISSAU  
JUNTO ÀS NAÇÕES UNIDAS**

**TERCEIRA CONFERÊNCIA DOS PEQUENOS ESTADOS INSULARES EM  
DESENVOLVIMENTO**

**APIA, 3 de Setembro de 2014**

Sua Excia. Sr. Primeiro Ministro do Estado Independente de Samoa e Presidente da 3ª Conferência Internacional dos Pequenos Estados Insulares em Desenvolvimento,

Excelências Chefes das Delegações

Distinguidos Delegados,

Minhas Senhoras e Meus Senhores

Permita-me antes de mais, pedir desculpas, em nome do Sr. Domingos Simões Pereira, Primeiro Ministro da República da Guiné-Bissau pela sua impossibilidade de marcar presença neste nobre evento.

**Sr. Presidente**

Aceita as minhas felicitações pela sua Presidência desta Conferência. Quero agradecer-lhe a calorosa hospitalidade com que o Governo e o povo de Samoa nos tem brindado desde a nossa chegada à esta belíssima Ilha do Pacífico. O Governo e o Povo de Samoa demonstraram que um povo e uma nação não são medidos pelo seu tamanho, mas sim pela sua determinação e vontade de fazer algo em benefício de todos. Esta determinação e vontade permitiram a realização deste desiderato.

**Samoa, seu Governo e seu Povo estão de parabéns!**

**FA-A-MALÓ ATU I LÉ MALÓ A SAMOA MA ONA TANG-HATA NU-HÚ**

Permita-me igualmente saudar a Sua Excia. Sr. Baron Waga, Presidente da República de Nauru e Presidente em exercício da Aliança dos Pequenos Estados Insulares (AOSIS) e reconhecer o magnífico trabalho da Embaixadora Marlen Moses, Representante Permanente do Nauru junto às Nações Unidas, pelo empenho e dedicação na coordenação dos trabalhos do G77&China sobre os Pequenos Estados Insulares em Desenvolvimento, durante quase um ano de intenso trabalho do processo preparatório e das negociações que talharam o documento final “SAMOA Pathway” que hoje temos perante nós.

Reconhecemos também a liderança dos Co-Presidentes, Embaixadora Karen Tang da Singapura e o Embaixador Philippe Taula da Nova Zelândia, que conduziram o processo das negociações com uma sapiência e dedicação imensuráveis. Gostaria igualmente de associar a Guiné-Bissau às declarações proferidas por Bolívia em nome do G77&China e do Nauru em nome da Aliança dos Pequenos Estados Insulares.

**Sr. Presidente,**

Desde o reconhecimento inquestionável da vulnerabilidade dos Pequenos Estados Insulares em Desenvolvimento em 1992 no Rio de Janeiro, Brasil, seguido da Primeira Conferência em Barbados em 1994 e a Estratégia de Maurícias para a melhor Implementação do Plano de Ação de Barbados em 2005, as dificuldades e vulnerabilidades dos nossos estados insulares continuam presentes.

Hoje, apesar de alguns progressos registados nalgumas áreas contidas no Plano de Accao de Barbados, a maioria dos Pequenos Estados Insulares continua a deparar com os mesmos problemas. Com os novos e emergentes desafios globais, alguns deles até se tornaram ainda mais vulneráveis e susceptíveis a choques externos, comprometendo assim todo o esforço realizado no dominio da proteção do ambiente e do desenvolvimento sustentável.

Os impactos adversos das alterações climáticas, a subida do nível do mar, a erosão costeira, a intrusão salina, a gestão dos recursos naturais, a poluição em geral, e outros factores externos adversos, continuam a impactar a sobrevivência das ilhas e o sistema de suporte a vida do planeta e o “Nosso Futuro Comun” assim como o “Futuro que Queremos” Rio +20.

Devemos todos parar, pensar mais e dar uma melhor atenção e solução aos problemas do fundo que estão a afectar o futuro da nossa própria sobrevivência e o desenvolvimento sustentável que todos nós almejamos, para os nossos países e povos.

Um desenvolvimento sustentável, que tenha em conta o património ambiental, económico e social, que nos permita manter um planeta saudável e com recursos naturais disponíveis para a presente e futura geração.

As alterações climáticas constituem nos dias de hoje um desafio global que nos ameaça a todos, especialmente os Pequenos Estados Insulares – **os mais vulneráveis dos vulneráveis**. Devemos respeitar o preceito de “**Responsabilidade Comum mas Diferenciada**” constantes na Convenção Quadro das Nações Unidas sobre as Alterações Climáticas, em que cada um de nós deve assumir a sua responsabilidade histórica relativamente ao aquecimento global. A comunidade internacional deve reforçar mais o seu engajamento político nas negociações internacionais sobre o clima e priorizar a **adaptação nos Países em Desenvolvimento**, particularmente nos Pequenos Estados Insulares e nos Países Menos Desenvolvidos e prover mais meios financeiro e técnico a fim de se fazer face às inclemências do clima.

Em Setembro próximo vamo-nos reunir em Nova Iorque especificamente para mais uma vez debatermos, analisarmos e decidirmos sobre o ambiente. Fazemos votos que esse encontro de Nova Iorque não seja um mero encontro político, mas sim uma oportunidade cimeira de assumirmos definitivamente um compromisso político firme, honesto e implementável sobre o ambiente e capital natural.

**Sr. Presidente,**

Os oceanos de que muitos dos Pequenos Estados Insulares como a Guiné-Bissau dependem para as suas economias e a sobrevivência das suas populações, estão perigosamente afectados pela poluição e sobrepesca. Oceanos saudáveis são cruciais para a sustentabilidade das ilhas e a vida do nosso planeta. A constante degradação dos ecossistemas dos oceanos e seus recursos, assim como a perda e destruição da biodiversidade, constituem um grande desafio para os PEID, que sozinhos não podem os enfrentar. Urge pois, a necessidade de assumirmos um compromisso com base numa

parceria genuína, justa e durável de toda a comunidade internacional a fim de ajudar os nossos países a proteger os oceanos.

**Sr. Presidente**

As ilhas da Guiné-Bissau são ricas em diversidade biológica. Constituem a **Reserva da Biosfera** e são consideradas **Sítios Ramsar** por serem zonas húmidas de interesse internacional. O Governo tem feito grande esforço no que tange o cumprimento dos **Objectivos do Milénio para o Desenvolvimento**. Com a criação de duas áreas protegidas terrestres e três corredores de fauna, o Sistema Nacional de Áreas Protegidas será reforçado, passando dos actuais 11% para mais de 26% do território nacional até 2015.

Por outro lado, a Guiné-Bissau tem características únicas no seu grupo regional (AIMS-PEID). É costeiro e arquipelágico com cerca de 88 ilhas e ilhéus, situada a 5 metros abaixo do nível do mar e com a altitude máxima de 50 metros; pertence aos Grupos dos Países Menos Desenvolvidos e é o segundo país mais vulnerável do Mundo de acordo com o **Relatório Africa Adaptation GAP**.

Para países frágeis como o nosso, além dessas ameaças eminentes acima referenciadas, os novos desafios emergentes como a pesca ilegal e o tráfico de droga nas nossas águas e ilhas remotas, são outros dos problemas com que deparamos e para cuja solução contamos com a assistência financeira e técnica mais robusta dos nossos parceiros bi e multi-laterais, por este último se tratar dum flagelo sub-regional e quiça transnacional, que requer uma maior cooperação internacional.

**Sr. Presidente,**

As doenças não transmissíveis como obesidade, diabetes, hipertensão e paludismo são a maior causa de morte hoje na Guiné-Bissau, por isso as autoridades nacionais competentes estão empenhados no seu controlo.

Quanto as culturas das ilhas, elas são ricas e únicas, pelo que as suas proteções são muito importantes para as gerações vindouras. As nossas mulheres e mães que normalmente são repositórias do património cultural das ilhas, devem merecer a atenção especial nas nossas sociedades, e os seus direitos e valores culturais e sociais devem ser respeitadas e promovidas em todos os níveis dos nossos governos.

É reconhecido que a mulher tem um papel preponderante no desenvolvimento de qualquer país, incluindo na resolução de conflitos e manutenção de paz em qualquer sociedade. Por esses e outros motivos, a promoção da igualdade e direito de género é fundamental para a sustentabilidade dos Pequenos Estados Insulares.

**Sr. Presidente,**

Concluimos e reconhecemos todos, que ainda temos um longo caminho a percorrer para o desenvolvimento sustentável dos Pequenos Estados Insulares, a sobrevivência das suas ilhas e povos e mesmo a sobrevivência do planeta. Se não reagirmos juntos e agora, os

resultados negativos serão incalculáveis. Contamos com a solidariedade de todos os nossos parceiros e da comunidade internacional em geral a fim de implementarmos efectivamente os preceitos cabimentados no documento “**SAMOA Pathway**”.

Muitos compromissos foram assumidos ao longo destes últimos anos, compromissos esses que, ao nosso ver, devem ser actualizados e implementados por todos por forma a atenuar as reais ameaças que pairam sobre os nossos Pequenos Estados Insulares em Desenvolvimento.

Auguramos que após esta Conferência, iremos continuar nesta caminhada, a fim de garantirmos um desenvolvimento resiliente aos choques climáticos e sustentável para todos os Pequenos Estados Insulares em Desenvolvimento.

FA-AFETAI LAVA!

MUITO OBRIGADO!